

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG2A1

A inteligência artificial (IA) está transformando a maneira como as políticas públicas são formuladas e implementadas em todo o mundo. A sua capacidade de processar grandes volumes de dados em alta velocidade e identificar padrões complexos oferece oportunidades para a melhoria da eficiência e da eficácia das ações governamentais, desde a otimização de serviços públicos até a formulação de políticas baseadas em evidências. Assim, a IA passou a ser considerada uma ferramenta essencial para os governos enfrentarem diversos desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e questões de saúde pública e segurança.

Uma das principais áreas de impacto da IA nas políticas públicas é a gestão de recursos públicos. As aplicações de IA podem analisar grandes quantidades de dados financeiros e operacionais, a fim de identificar ineficiências e desperdícios, e permitir uma melhor alocação de recursos. Além disso, essas tecnologias proporcionam a automação de processos burocráticos, para reduzir custos operacionais e possibilitar que os servidores públicos atuem em tarefas de maior valor agregado.

O Poder Judiciário é outro setor em que a IA tem um impacto crescente. As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões, o que reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais. Contudo, isso leva a questões éticas e legais sobre a transparência e a imparcialidade dos algoritmos, bem como sobre o papel do ser humano na tomada de decisões judiciais.

De forma ampla, a administração pública é impactada pela IA, especialmente no que diz respeito à automação de processos e à análise de grandes volumes de dados. A análise de dados em tempo real permite que os gestores públicos tomem decisões mais informadas e respondam rapidamente a mudanças nas condições socioeconômicas. Contudo, a adoção da IA no setor público também exige uma reformulação das práticas regulatórias, para garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa e que os riscos sejam adequadamente gerenciados.

Apesar dos diversos benefícios que a IA pode trazer para as políticas públicas, os desafios associados ao seu uso não podem ser ignorados. Questões controversas, como a discriminação algorítmica, a proteção da privacidade e de dados pessoais, a transparência e a responsabilidade, são fundamentais para o debate sobre a adoção de IA em políticas públicas.

Internet: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br>> (com adaptações).

Questão 1

De acordo com o texto CG2A1, a IA

- Ⓐ tem o potencial de substituir os servidores públicos em todas as tarefas.
- Ⓑ é considerada uma ferramenta essencial para a determinação dos desafios contemporâneos que devem ser enfrentados com prioridade.
- Ⓒ contribui para a eficiência e a eficácia das ações governamentais, dada a sua capacidade de processamento de dados e de identificação de padrões.
- Ⓓ é, atualmente, a melhor ferramenta para o incremento da eficiência e da eficácia das ações governamentais.
- Ⓔ formula políticas públicas baseadas em evidências.

Questão 2

Com base nas ideias do texto CG2A1 relativas às áreas impactadas pela IA, é correto afirmar que

- Ⓐ mudanças climáticas, saúde pública, segurança, gestão dos recursos públicos e justiça são as áreas que mais se beneficiam com o uso da IA.
- Ⓑ a utilização da IA no Poder Judiciário suscita questões éticas e legais.
- Ⓒ o uso da IA na gestão de recursos públicos reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões.
- Ⓓ políticas sobre mudanças climáticas, saúde pública e segurança são as principais áreas escolhidas pelos governos para a aplicação da IA.
- Ⓔ a gestão dos recursos públicos e o Poder Judiciário são as áreas em que mais se utiliza a IA.

Questão 3

No que diz respeito ao uso da IA na administração pública, conclui-se das informações do texto CG2A1 que

- Ⓐ a análise de dados em tempo real pode acarretar benefícios concretos.
- Ⓑ a reformulação das práticas regulatórias tem sido negligenciada pelos governantes.
- Ⓒ os desafios relacionados ao uso da IA requerem ainda mais atenção que os benefícios gerados por ela.
- Ⓓ a automação de processos e a análise de grandes volumes de dados ainda estão em teste no Brasil.
- Ⓔ os riscos do uso da IA, de maneira geral, não estão sendo bem gerenciados.

Questão 4

Cada uma das seguintes opções apresenta uma proposta de reescrita para o primeiro período do segundo parágrafo do texto CG2A1. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical, mas altera o sentido do texto.

- Ⓐ A gestão de recursos públicos, nas políticas públicas, estão entre as principais áreas de impacto da IA.
- Ⓑ Nas políticas públicas, uma das principais áreas de impacto da IA são a gestão de recursos públicos.
- Ⓒ Uma das principais áreas de impacto da IA é a gestão de recursos públicos nas políticas públicas.
- Ⓓ A gestão de recursos públicos é uma das principais áreas de impacto da IA nas políticas públicas.
- Ⓔ Dentre as principais áreas de impacto da IA, nas políticas públicas, incluem-se a gestão de recursos públicos.

Questão 5

No segundo período do segundo parágrafo do texto CG2A1, a expressão “a fim de” introduz uma oração que expressa circunstância de

- Ⓐ consequência.
- Ⓑ finalidade.
- Ⓒ conclusão.
- Ⓓ causa.
- Ⓔ concessão.

Questão 6

No último período do quarto parágrafo do texto CG2A1, a palavra “equitativa” está empregada com o mesmo sentido de

- A) positivista.
- B) legal.
- C) justa.
- D) parcial.
- E) impessoal.

Questão 7

Considerando as regras gramaticais relativas à concordância e à colocação pronominal, assinale a opção em que é apresentada uma proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o seguinte trecho do texto CG2A1: “os desafios associados ao seu uso não podem ser ignorados” (primeiro período do último parágrafo).

- A) não pode-se ignorarem os desafios associados ao seu uso
- B) não podem ignorarem-se os desafios associados ao seu uso
- C) não se podem ignorarem os desafios associados ao seu uso
- D) não podem ignorar os desafios associados ao seu uso
- E) não se podem ignorar os desafios associados ao seu uso

Espaço livre

Texto CG2A2-I

BONS DIAS!

Eu pertenço a uma família de profetas, *après-coup*, *post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (*coupe do milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua) levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que ainda meu sobrinho) pegou de outra taça e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que acabava de publicar brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo: fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida, e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô, fico.

— Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo: tu crescestes imensamente. Quando nasceste eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis: mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo, tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas noites!

Questão 8

No texto CG2A2-I, o personagem-narrador

- Ⓐ apresenta a libertação do escravo como ato de iniciativa própria, independente da decisão governamental, por considerá-lo vantajoso para seus planos pessoais, não por justiça a Pancrácio.
- Ⓑ é um homem que tem a capacidade de antever acontecimentos, um profeta, propriedade divina que ele atribui a uma herança familiar.
- Ⓒ vê-se como um importante representante da corte, que gosta de contribuir financeiramente para a realização de confraternizações com alguma causa social.
- Ⓓ assume, em um contexto de transição do escravismo para o trabalho assalariado, um comportamento verdadeiramente abolicionista, de benfeitor.
- Ⓔ ressent-se de ter libertado o escravo em um ato *post factum*, o que, para ele, poderia comprometer sua superioridade moral e seu discernimento inusitados.

Questão 9

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do segmento “e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado”, no quarto parágrafo do texto CG2A2-I.

- Ⓐ Em “a liberdade era um dom de Deus”, o emprego do verbo **ser** no pretérito imperfeito do indicativo é recurso de linguagem que denota referência a uma característica religiosa de época passada.
- Ⓑ As orações introduzidas pelo vocábulo “que” expressam uma sequência de circunstâncias de finalidade.
- Ⓒ O deslocamento do segmento “acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos”, com as vírgulas que o isolam, para a posição entre o vocábulo “e” e a forma verbal “declarei” não prejudicaria a correção gramatical do período.
- Ⓓ Nas estruturas “a nação inteira devia acompanhar” e “os homens não podiam roubar sem pecado”, observa-se emprego informal do pretérito imperfeito do indicativo para indicar ação hipotética.
- Ⓔ Em “há dezoito séculos”, a substituição da forma verbal “há” por **fazem** manteria, sem prejuízo da correção gramatical, a ideia de tempo decorrido.

Questão 10

Assinale a opção correta no que se refere aos aspectos linguísticos do seguinte trecho do texto CG2A2-I: “Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade.”

- Ⓐ O segmento “efeitos da liberdade” funciona sintaticamente como aposto, pois retoma e explica o termo “um peteleco”.
- Ⓑ O emprego do sinal de dois pontos sinaliza uma pausa breve entre os termos da oração e introduz um aposto — “aceitou até um peteleco”.
- Ⓒ A estrutura “um peteleco que lhe dei” poderia ser reescrita, com correção gramatical e manutenção dos sentidos do texto, como **um peteleco que lhe foi dado**.
- Ⓓ A expressão temporal “no dia seguinte” poderia ser deslocada, com o devido ajuste de iniciais maiúsculas e minúsculas, para o início do período, sem prejuízo da correção gramatical ou dos sentidos do texto.
- Ⓔ Na estrutura “por me não escovar bem as botas”, o pronome átono pode ocupar, com correção, a posição proclítica ao verbo — **por não me escovar bem as botas** —, sem prejuízo do sentido, tampouco da correção gramatical.

Questão 11

Em relação ao texto CG2A2-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ No texto, está implícita uma visão otimista da possibilidade de surgimento de uma nova sociedade, condicionada à atuação de homens livres.
- Ⓑ Após ter sido alforriado, o personagem Pancrácio passou à condição de homem livre e trabalhador assalariado, o que, para o personagem-narrador, serviu de justificativa para o castigo físico ao qual o ex-escravizado foi submetido quando falhou no desempenho do trabalho caseiro.
- Ⓒ Devido à repercussão que o ato generoso do personagem-narrador teve entre os amigos que participaram do banquete, o anfitrião viu-se como um homem preparado para a vida pública, apostando, portanto, em sua candidatura a deputado.
- Ⓓ No texto, o personagem-narrador, um valoroso cidadão da corte, aponta, em tom de denúncia, as vicissitudes que enfrentou ao emancipar seu escravo Pancrácio.
- Ⓔ O autor cria, com base em fatos que remetem à corte, um personagem-narrador cínico, oportunista e sequioso de notoriedade no que se refere à causa abolicionista, mas afável e cristão no trato pessoal entre amigos.

Texto CG2A2-II

Lembremos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas. Segundo a concepção moderna dos direitos, os homens são portadores de direitos por natureza (direito natural) e por efeito da lei positiva (direito civil), instituída pelos próprios homens. Essa diferença dos direitos é de grande envergadura porque lhes permite compreender uma prática política inexistente antes da modernidade e que se explicita, significativamente, em ocasiões muito precisas: a prática da *declaração dos direitos*.

A prática de *declarar* direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os seres humanos que eles são portadores de direitos e, por outro, que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. Em outras palavras, a existência da divisão social (por exemplo, os grandes e o povo, em Maquiavel; as classes sociais, em Marx) permite supor que alguns possuem direitos e outros, não. A declaração de direitos inscreve os direitos na sociedade e na política, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o *reconhecimento* de todos, exigindo o *consentimento* social e político de todos. Esse reconhecimento e esse consentimento dão aos direitos a condição e a dimensão de direitos *universais*.

A prática política da declaração de direitos ocorre em ocasiões muito precisas. De fato, algumas declarações de direito ocorrem em situações revolucionárias, isto é, naqueles momentos em que o Baixo da sociedade se rebela contra o Alto e não mais reconhece a ordem vigente injusta: na Revolução Inglesa de 1640; na Independência dos Estados Unidos; na Revolução Francesa de 1789; na Revolução Russa de 1917. Também encontramos a declaração de direitos no período posterior à Segunda Guerra Mundial, isto é, ao fenômeno do totalitarismo nazista e fascista, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Dessa maneira, os direitos dos homens se tornaram uma questão sociopolítica comprovada pelo fato de que as declarações dos direitos ocorrem nos momentos de profunda transformação social e política, quando os sujeitos sociopolíticos têm consciência de que estão criando uma sociedade nova ou defendendo a sociedade existente contra a ameaça de sua extinção. Não por acaso, portanto, no caso do Brasil, a luta pelos direitos humanos ganhou força social e política no combate à ditadura implantada em 1964 e aprofundada em 1969, com o Ato Institucional n.º 5.

Questão 12

Assinale a opção em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o primeiro período do texto CG2A2-II.

- Ⓐ Lembremos-nos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos, que se sustentam em todas as formas de violência, seja físicas, psíquicas, raciais, de gênero e religiosas.
- Ⓑ Lembremos de que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.
- Ⓒ Lembremos-nos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce ou contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero, sejam religiosas.
- Ⓓ Lembremo-nos de que a concepção moderna dos direitos do homem nascem contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.
- Ⓔ Lembremo-nos de que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.

Questão 13

No que se refere à pontuação, seria mantida a correção gramatical do texto CG2A2-II caso se inserisse vírgula imediatamente depois do vocábulo

- Ⓐ “sociedade”, em sua segunda ocorrência no penúltimo período do texto.
- Ⓑ “envergadura”, no último período do primeiro parágrafo.
- Ⓒ “humanos”, no primeiro período do segundo parágrafo.
- Ⓓ “óbvio”, em sua segunda ocorrência no primeiro período do segundo parágrafo.
- Ⓔ “direitos”, em sua segunda ocorrência no penúltimo período do texto.

Questão 14

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do texto CG2A2-II.

- Ⓐ No penúltimo período do texto, a oração “ou defendendo a sociedade existente” pode ser reescrita, sem prejuízo sintático ou semântico, como **para defender a sociedade**, já que ambas expressam ideia de finalidade.
- Ⓑ No último período do texto, o deslocamento da conjunção “portanto”, com a vírgula que a sucede, para o início do período, feitos os devidos ajustes de letra inicial maiúscula e minúscula, manteria as relações estruturais e de sentido do texto.
- Ⓒ No último período do texto, a estrutura nominal “no combate à ditadura” poderia ser substituída, com correção gramatical e manutenção da coerência textual, por **ao combater à ditadura**.
- Ⓓ Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o trecho “nos momentos de profunda transformação social e política” (penúltimo período do texto) poderia ser reescrito como **nos momentos que há profunda transformação social e política**.
- Ⓔ Na estrutura oracional “quando os sujeitos sociopolíticos têm consciência” (penúltimo período do texto), o termo “quando” expressa circunstância de proporcionalidade.

Questão 15

Acerca da responsabilidade civil do Estado e de causas excludentes e atenuantes dessa responsabilidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ A existência de risco administrativo afasta a necessidade de qualquer análise do comportamento da vítima ou da presença de excludentes de responsabilidade.
- Ⓑ A ocorrência de caso fortuito ou força maior exclui automaticamente a responsabilidade do Estado, independentemente da análise do nexo causal.
- Ⓒ O Estado pode ser responsabilizado por atos de terceiros, mesmo que não exista qualquer relação entre o fato danoso e a atividade estatal.
- Ⓓ A culpa exclusiva da vítima é circunstância que pode afastar a responsabilidade do Estado, caso fique demonstrada a inexistência de nexo causal entre a conduta estatal e o dano.
- Ⓔ A responsabilidade do Estado por omissão é sempre objetiva, pois decorre do simples descumprimento do dever legal de agir.

Questão 16

Assinale a opção correta sobre os poderes administrativos conferidos à administração pública.

- Ⓐ O poder de polícia, apesar dos atributos da coercibilidade e da autoexecutoriedade, não dispensa a necessidade específica de ordem judicial para ser exercido.
- Ⓑ O poder hierárquico justifica a avocação e a delegação de competências entre autoridades públicas, desde que respeitados os limites legais e o interesse público.
- Ⓒ O poder disciplinar, por ser discricionário, permite que a administração pública deixe de aplicar sanções a servidores mesmo quando comprovado o cometimento de infração funcional.
- Ⓓ O poder regulamentar permite à administração pública inovar o ordenamento jurídico por meio de decretos autônomos, independentemente de previsão legal expressa.
- Ⓔ O poder disciplinar pode ser exercido pela administração pública em face de qualquer particular que pratique infração administrativa, mesmo que ele não tenha vínculo contratual ou funcional com o poder público.

Questão 17

Assinale a opção correta a respeito do abuso de poder no exercício da função administrativa.

- Ⓐ O agente que praticar ato com abuso de poder responderá somente na esfera administrativa.
- Ⓑ O excesso de poder acontece quando a autoridade pratica ato dentro da competência legal, mas motivado por interesse pessoal.
- Ⓒ A autoridade administrativa pode modificar a finalidade do ato, desde que persista o interesse público.
- Ⓓ O abuso de poder na prática de ato administrativo configura vício e pode ensejar sua nulidade, mesmo que formalmente o ato esteja correto.
- Ⓔ O desvio de finalidade ocorre quando o agente público extrapola os limites de sua competência legal ao praticar determinado ato.

Questão 18

Assinale a opção que corresponde ao atributo dos atos administrativos que decorre do poder conferido à administração pública para impor obrigações mesmo contra a vontade do particular, desde que haja previsão legal ou interesse público.

- Ⓐ presunção de legitimidade
- Ⓑ tipicidade
- Ⓒ imperatividade
- Ⓓ impugnabilidade
- Ⓔ autoexecutoriedade

Questão 19

No que se refere às entidades que compõem a administração pública indireta, assinale a opção correta.

- Ⓐ As sociedades de economia mista são inteiramente controladas pelo Estado e possuem capital exclusivamente público.
- Ⓑ As autarquias e fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado, razão pela qual possuem certa flexibilidade administrativa e contratual.
- Ⓒ As autarquias são criadas por lei específica, possuem personalidade jurídica própria de direito público e exercem atividades típicas da administração pública.
- Ⓓ Por serem entidades descentralizadas, as fundações públicas não se submetem à fiscalização estatal.
- Ⓔ As empresas públicas e as sociedades de economia mista exercem exclusivamente atividades econômicas e, por isso, não estão sujeitas ao controle estatal.

Questão 20

A respeito dos agentes públicos e de suas formas de vínculo com a administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente os cargos públicos podem ser providos por concurso público, enquanto empregos públicos são destinados exclusivamente a contratações temporárias.
- Ⓑ Os empregados públicos estão sujeitos ao regime estatutário previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.112/1990.
- Ⓒ Os agentes administrativos são pessoas físicas que exercem função pública com vínculo e remuneração, por meio de cargo ou emprego público.
- Ⓓ Os agentes políticos integram exclusivamente os Poderes Executivo e Legislativo, não havendo agentes políticos no Poder Judiciário.
- Ⓔ Função pública é a atividade exercida em caráter efetivo, necessariamente remunerada, por meio de cargo ou emprego público.

Questão 21

Considerando os mecanismos de controle da administração pública previstos no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os atos administrativos discricionários, por sua natureza, estão imunes a qualquer forma de controle, seja interno, externo ou judicial.
- Ⓑ O controle judicial permite ao Poder Judiciário substituir o mérito administrativo, mediante anulação ou reforma de qualquer ato discricionário da administração pública.
- Ⓒ O controle legislativo é exercido exclusivamente pelo Congresso Nacional e limita-se à fiscalização da execução orçamentária e financeira do Poder Executivo.
- Ⓓ O controle interno da administração pública é competência exclusiva dos tribunais de contas, que exercem a fiscalização dos atos de gestão de recursos públicos.
- Ⓔ O controle judicial permite ao Poder Judiciário declarar a nulidade de atos administrativos quando neles houver ilegalidade, sem que isso represente afronta à separação dos poderes.

Questão 22

Com base na Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta em relação a licitações e contratações públicas.

- Ⓐ O critério de julgamento do menor preço pode ser aplicado exclusivamente para contratação de obras e serviços de engenharia, sendo inaplicável à aquisição de bens e serviços em geral.
- Ⓑ As licitações públicas devem observar os princípios da legalidade, da impessoalidade e da isonomia, não sendo exigido o cumprimento do princípio da eficiência.
- Ⓒ A inexigibilidade de licitação ocorre quando a administração pública decide contratar diretamente por motivos de conveniência, desde que o valor esteja abaixo dos limites legais.
- Ⓓ A modalidade de concorrência é obrigatória para todas as compras de bens comuns, independentemente do valor, sendo vedada a utilização do pregão nesses casos.
- Ⓔ A contratação direta por inexigibilidade de licitação é admitida diante da impossibilidade de competição, como na contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica ou pela opinião pública.

Questão 23

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ As normas programáticas, por traçarem apenas diretrizes para a atuação do Estado, são desprovidas de qualquer eficácia.
- Ⓑ As normas de eficácia plena são aquelas que não podem ser alteradas por emenda à Constituição.
- Ⓒ A norma constitucional de que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, é considerada, pelo STF, norma de eficácia contida.
- Ⓓ A previsão constitucional de que é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas, é considerada norma de eficácia contida.
- Ⓔ A previsão constitucional de que o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei, configura norma de eficácia limitada, haja vista a necessidade de integração legislativa.

Questão 24

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Constituição Federal de 1988 estabelece que o aviso prévio, direito do trabalhador urbano e rural, deve ser proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de trinta dias, nos termos da lei.
- Ⓑ As atividades de associações só poderão ser suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- Ⓒ O Ministério Público é legitimado para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.
- Ⓓ Os tratados internacionais sobre direitos humanos em que o Brasil seja parte terão força constitucional, independentemente de sua forma de aprovação.
- Ⓔ O mandado de segurança destina-se a proteger qualquer direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Questão 25

Mike nasceu em Nova Jersey (EUA), filho de mãe estadunidense e pai brasileiro, que, à época, estava a serviço do Brasil no consulado brasileiro em Nova Iorque. Atualmente, Mike tem 25 anos de idade e cumpre todas as demais condições de elegibilidade estabelecidas na Constituição Federal de 1988 (CF).

Nessa situação hipotética, conforme os direitos fundamentais previstos na CF, Mike

- Ⓐ não poderá ser candidato a prefeito nas próximas eleições municipais, mas poderá ser candidato a deputado estadual ou distrital nas próximas eleições gerais.
- Ⓑ poderá ser candidato a senador da República nas próximas eleições gerais, mas, caso eleito, não poderá ser presidente do Senado Federal, pois não é brasileiro nato.
- Ⓒ não poderá ser candidato a deputado federal nas próximas eleições gerais, pois não é brasileiro nato.
- Ⓓ poderá candidatar-se ao cargo de governador de estado ou do Distrito Federal nas próximas eleições gerais e, caso eleito, poderá exercê-lo.
- Ⓔ poderá ser candidato a deputado federal nas próximas eleições gerais e, caso eleito pelo voto popular, poderá exercer o cargo de presidente da Câmara dos Deputados após eleição por seus pares.

Questão 26

Acerca da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por integrarem a União, os territórios não poderão ser divididos em municípios.
- Ⓑ É vedada à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios qualquer relação com cultos religiosos ou igrejas.
- Ⓒ Para o desmembramento de estado, é necessária aprovação, por intermédio de plebiscito, da população diretamente interessada, isto é, apenas aquela da área a ser desmembrada.
- Ⓓ O desmembramento de municípios, por meio de lei estadual, dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓔ O Distrito Federal é dividido em municípios, denominados cidades-satélites.

Questão 27

Assinale a opção correta a respeito das atribuições e responsabilidades do presidente da República.

- Ⓐ As atribuições do presidente da República são indelegáveis, haja vista o exercício das funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- Ⓑ O presidente da República, ao responder por crime de responsabilidade, ficará suspenso de suas funções a partir do recebimento da denúncia pelo STF.
- Ⓒ O Presidente da República pode dispor, mediante decreto, acerca da organização e funcionamento da administração federal, podendo criar ou extinguir órgãos públicos, desde que não implique aumento de despesa.
- Ⓓ Na vigência de seu mandato, o presidente da República não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- Ⓔ O presidente da República, na vigência de seu mandato, somente poderá ser preso em flagrante de crime inafiançável.

Questão 28

Em relação ao processo legislativo e às comissões parlamentares de inquérito (CPI), assinale a opção correta.

- Ⓐ As CPI têm os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais, motivo por que podem determinar interceptação telefônica.
- Ⓑ As CPI devem ter prazo certo de duração, porém há a possibilidade de prorrogação de seus trabalhos, os quais poderão ultrapassar os limites da legislatura.
- Ⓒ As CPI podem propor ação de improbidade administrativa na hipótese de suas conclusões apresentarem desvios praticados por gestores públicos.
- Ⓓ A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.
- Ⓔ Caso o veto presidencial a projeto de lei (PL) seja rejeitado pela maioria absoluta dos deputados e senadores em sessão conjunta, o PL será encaminhado ao presidente da República, para promulgação.

Questão 29

No que diz respeito à fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Controladoria-Geral da União realiza o controle externo no sistema de fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta federal.
- Ⓑ O controle interno de cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) tem, entre outras finalidades, a de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- Ⓒ Compete ao TCU sustar a execução de contrato que contenha ilegalidade quando não for atendido o prazo determinado pelo tribunal para a adoção das providências necessárias ao cumprimento da lei.
- Ⓓ Compete ao TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei e promover a ação de improbidade administrativa cabível, se for o caso.
- Ⓔ Não prestados os esclarecimentos solicitados pela Comissão Mista de Orçamento, esta solicitará ao TCU pronunciamento conclusivo sobre a matéria, e, caso verifique irregularidade, a corte de contas fará a sustação do gasto.

Questão 30

No que se refere ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou por intermédio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente.
- Ⓑ Membro do Ministério Público do Trabalho pode ser nomeado pelo presidente da República para o cargo de procurador-geral da República, caso seu nome seja aprovado pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- Ⓒ Os defensores públicos, após dois anos de exercício, têm como garantia a vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- Ⓓ As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas pela maioria absoluta de seus membros em sessão pública ou reservada, a depender do interesse envolvido.
- Ⓔ Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa, financeira e jurisdicional do Poder Judiciário.

Questão 31

Nos termos da Lei Orgânica do TCE/MS, monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo tribunal para

- A** coletar dados preliminares para escolha do instrumento de fiscalização.
- B** avaliar o desempenho de programas governamentais quanto à eficiência e à eficácia.
- C** examinar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão em geral.
- D** suprir omissões de informações ou esclarecer dúvidas.
- E** verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Questão 32

Segundo a Lei Orgânica do TCE/MS, a auditoria pode ser utilizada pelo tribunal para

- A** coletar informações preliminares sobre a organização das entidades jurisdicionadas.
- B** acompanhar a execução orçamentária apenas do Poder Executivo estadual.
- C** verificar o cumprimento de deliberações do TCE/MS.
- D** examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, bem como avaliar o desempenho de órgãos, entidades e programas governamentais.
- E** suprir omissões e lacunas de informações sobre atos sujeitos ao controle do TCE/MS.

Questão 33

Conforme a Lei Orgânica do TCE/MS, uma das finalidades do acompanhamento, instrumento de fiscalização utilizado pelo tribunal, é

- A** examinar exclusivamente os atos de gestão de pessoal praticados pelos jurisdicionados.
- B** examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos sujeitos ao seu controle.
- C** suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias e representações.
- D** verificar o cumprimento das deliberações do TCE/MS e os resultados delas advindos.
- E** realizar análise preliminar de dados e documentos para identificar o instrumento de fiscalização adequado.

Questão 34

Em relação às funções constitucionais dos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- A** A função corretiva inclui ações como a emissão de determinações e recomendações aos órgãos jurisdicionados, fixação de prazos, adoção de medidas cautelares e sustação de atos irregulares.
- B** A função de ouvidoria não guarda nenhuma relação com o controle interno.
- C** No desempenho da função sancionadora, não é preciso observar o contraditório e a ampla defesa.
- D** A função fiscalizadora não engloba os registros de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias.
- E** O desempenho da função judicante ou julgadora depende de aprovação do Poder Legislativo.

Questão 35

Com base no disposto no Regimento Interno do TCE/MS, assinale a opção correta a respeito das consultas formuladas a esse tribunal de contas.

- A** Compete ao relator fazer o juízo de admissibilidade da consulta.
- B** No processamento da consulta, não há manifestação do Ministério Público de Contas.
- C** A solução da consulta formalizada no parecer-C constitui-se em pré-julgado da tese, e não do fato ou caso concreto.
- D** Apenas os chefes dos Poderes do estado do Mato Grosso do Sul podem formular consulta ao TCE/MS.
- E** É admissível consulta sobre um caso concreto.

Questão 36

Acerca da estrutura do TCE/MS, conforme o disposto em sua Lei Orgânica, assinale a opção correta.

- A** A Escola Superior de Controle Externo (ESCOEX) integra a Auditoria.
- B** Os auditores de controle externo compõem a Auditoria.
- C** O MPC/MS integra a estrutura do TCE/MS e está vinculado à Presidência dessa corte de contas.
- D** A estrutura funcional do TCE/MS é formada exclusivamente pelo Corpo Deliberativo, pela Presidência e pela Auditoria.
- E** O MPC/MS atua como instituição essencial à atividade de controle externo no âmbito do TCE/MS.

Espaço livre

Questão 37

Com base no Manual de Auditoria Operacional do TCE/MS, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 109/2019, assinale a opção correta.

- Ⓐ Economicidade consiste na alternativa mais racional para a solução de determinado problema, considerando-se preço × qualidade.
- Ⓑ Efetividade corresponde ao grau de realização dos objetivos e das metas.
- Ⓒ Não é possível a realização de auditoria para levantamento no âmbito de auditoria operacional.
- Ⓓ Auditoria operacional é uma avaliação independente e objetiva em que se verifica se ações do governo estão sendo executadas com economicidade, eficiência e efetividade, mas não tem como escopo o aperfeiçoamento dessas ações.
- Ⓔ A auditoria operacional não pode ser parte de uma auditoria combinada.

Questão 38

Acerca da proposta de encaminhamento prevista no Manual de Fiscalização aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 229/2024, assinale a opção correta.

- Ⓐ As sugestões da proposta de encaminhamento podem ser genéricas, como “Adoção de medidas saneadoras para eliminação das falhas encontradas.” ou “Observância à legislação em vigor.”, sem necessidade de mencionar providências específicas para o caso concreto.
- Ⓑ A proposta de encaminhamento é a seção do relatório de fiscalização na qual a equipe de fiscalização enumera as propostas de medidas preventivas, corretivas, processuais ou materiais, para avaliação pelo relator ou colegiado.
- Ⓒ Devem ser propostas medidas corretivas que alcancem as causas dos achados de auditoria, sendo dispensável sugerir aprimoramentos dos controles internos ou da gestão.
- Ⓓ São facultativas as referências aos achados de auditoria quanto à indicação do número do subtítulo em que cada um deles é tratado no relatório.
- Ⓔ As proposições deverão ser extraídas exclusivamente da matriz de responsabilização, sendo dispensada a matriz de achados.

Questão 39

Considerando o disposto no Código de Ética dos Servidores do TCE/MS, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Comissão de Ética é formada por quatro membros, com igual número de suplentes.
- Ⓑ O citado código de ética não se aplica aos agentes públicos que prestam serviço a essa corte de contas em caráter temporário e de forma não remunerada.
- Ⓒ Os fatos e atos verificados na conduta cotidiana da vida privada do agente público que presta serviço ao TCE/MS não poderão influenciar no conceito de sua vida funcional.
- Ⓓ Ao presidente do TCE/MS compete estabelecer normas e procedimentos para instrução do rito de condução de processo ético para verificação de condutas relatadas em representação junto à Corregedoria-Geral.
- Ⓔ Compete à Comissão de Ética apurar condutas de agentes públicos em exercício no TCE/MS, instruir e conduzir processos éticos, sem eximir-se de fundamentar as proposições de aplicação de sanção ética.

Questão 40

Em relação à matriz de responsabilização, assinale a opção correta de acordo com o Manual de Fiscalização aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 229/2024.

- Ⓐ Nessa matriz, os responsáveis por irregularidade devem ser identificados mediante sua qualificação e o período de exercício no cargo, sem necessidade de se incluírem eventuais responsáveis solidários.
- Ⓑ Essa matriz deve ser revisada pelo supervisor e não pode ser alterada pelo coordenador da equipe.
- Ⓒ A mencionada matriz deve ser preenchida sempre que houver achados que configurem irregularidades ou impropriedades.
- Ⓓ Nos casos de omissão, basta identificar, na referida matriz, o dispositivo legal ou regulamentar que atribui ao responsável a competência não exercida.
- Ⓔ A inexistência de nexo de causalidade implica que o agente não pode ser responsabilizado pelo resultado.

Espaço livre